

## ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E AUTOCONSTRUÇÃO EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

### PREVIOUS SETTLEMENTS AND SELF-CONSTRUCTION IN VICTORY OF CONQUISTA-BA

### ACUERDOS ANTERIORES Y AUTO-CONSTRUCCIÓN EN VICTORIA DE CONQUISTA-BA

Uriana Fernandes Curcino Ribeiro<sup>1</sup>

Mário Rubem Costa Santana<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo busca analisar os assentamentos precários e a autoconstrução na cidade de Vitória da Conquista. Observa-se que muitas famílias ocupam alguns terrenos na cidade, locais com pouco valor imobiliário, em sua maioria nas franjas da cidade, com vários aspectos de precariedade. Com base em aplicação de questionários, entrevistas, observações diretas e pesquisas bibliográficas os fatos demonstram muitas habitações fruto de autoconstrução e a permanência da precariedade nos assentamentos precários, além do fato das ocupações continuarem a acontecer na cidade, denotando que não ocorreu muitos avanços quantitativos, mesmo com a existência de um Programa Municipal de Habitação de Interesse Social.

**Palavras-chave:** Assentamentos precários; Autoconstrução; Habitação.

**Abstract:** This article seeks to analyze precarious settlements and self-construction in the city of Vitória da Conquista. It is observed that many families occupy some land in the city, places with little real estate value, mostly on the fringes of the city, with various aspects of precariousness. Based on the application of questionnaires, interviews, direct observations and bibliographic research, the facts demonstrate many dwellings as a result of self-construction and the permanence of precariousness in precarious settlements, in addition to the fact that occupations continue to happen in the city, showing that there have not been many quantitative advances, even with the existence of a Municipal Social Interest Housing Program.

**Keywords:** Precarious considerations; Self-construction; Living.

**Resumen:** Este artículo busca analizar los asentamientos precarios y la autoconstrucción en la ciudad de Vitória da Conquista. Se observa que muchas familias ocupan algún terreno en la ciudad, lugares con poco valor inmobiliario, en su mayoría en la periferia de la ciudad, con diversos aspectos de precariedad. A partir de la aplicación de cuestionarios, entrevistas, observaciones directas e investigación bibliográfica, los hechos demuestran muchas viviendas que son el resultado de la autoconstrucción y la permanencia de la precariedad en asentamientos

---

<sup>1</sup> Mestre em Geografia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista/BA. Email: [urianaw@outlook.com](mailto:urianaw@outlook.com). Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/5315657197555031>. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-9403-7669>.

<sup>2</sup> Doutor em Arquitetura e Urbanismo. Docente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista/BA. Email: [mariorubem@gmail.com](mailto:mariorubem@gmail.com). Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/4403213578576612>. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-6027-8707>.

precarios, además de que las ocupaciones continúan ocurriendo en la ciudad, evidenciando que no ha habido muchos avances cuantitativos. aun con la existencia de un Programa Municipal de Vivienda de Interés Social.

**Palabras clave:** Asentamientos precarios; Autoconstrucción; Vivienda.

## Introdução

A questão do habitar está intimamente atrelada a um modo de estar, seja na cidade, na casa ou no mundo, delimitando uma necessidade de um espaço para o repouso, para as relações, para a vida. E o entendimento de como estamos nesse espaço, e como essas questões se processam é fundamental para a compreensão da reprodução da vida.

Vários autores têm levantado questionamentos acerca das cidades e seus problemas, contribuindo na reflexão da questão habitacional. Engels no final do século XVIII e início do século XIX, realiza uma reflexão sobre a questão habitacional, trazendo elementos para a compreensão do problema na atualidade. Ele salienta que a desigualdade é resultante da exploração tendo como implicação uma classe cada vez mais empobrecida. Engels adverte.

Disto resulta também que, a guerra social, a guerra de todos contra todos, é aqui abertamente declarada. Tal como o amigo Stirner, os homens só se consideram reciprocamente como objetos utilizáveis; cada um explora o outro e o resultado é que o mais forte pisa no mais fraco e os poucos fortes, isto é, os capitalistas, se apropriam de tudo, enquanto que aos muitos fracos, aos pobres, mal lhes resta apenas a vida. (ENGELS, 2010, p. 68)

No Brasil a habitação tem sido alvo de discussão em muitos momentos da história, principalmente por conta da quantidade de famílias que a buscam. Se configurando como um artigo caro, a habitação é permeada por uma rede de interesses que movimenta o capital, se a cidade é um centro de conflitos, um dos itens mais disputados é a habitação.

Diante do exposto, compreende-se que as áreas urbanas tem apresentado configurações espaciais contraditórias, relacionadas a questão habitacional, e advindas do modo de produção capitalista, tornando os espaços cada vez mais desiguais. As cidades têm perdido o valor de uso como uma característica da produção do espaço, e incorporado o valor de troca como principal elemento, ou seja, as cidades têm se tornado mercadorias, atendendo as necessidades do capital, desta forma, só tem acesso a cidade formal aqueles que possuem renda suficiente. Assim, Lefebvre afirma que:

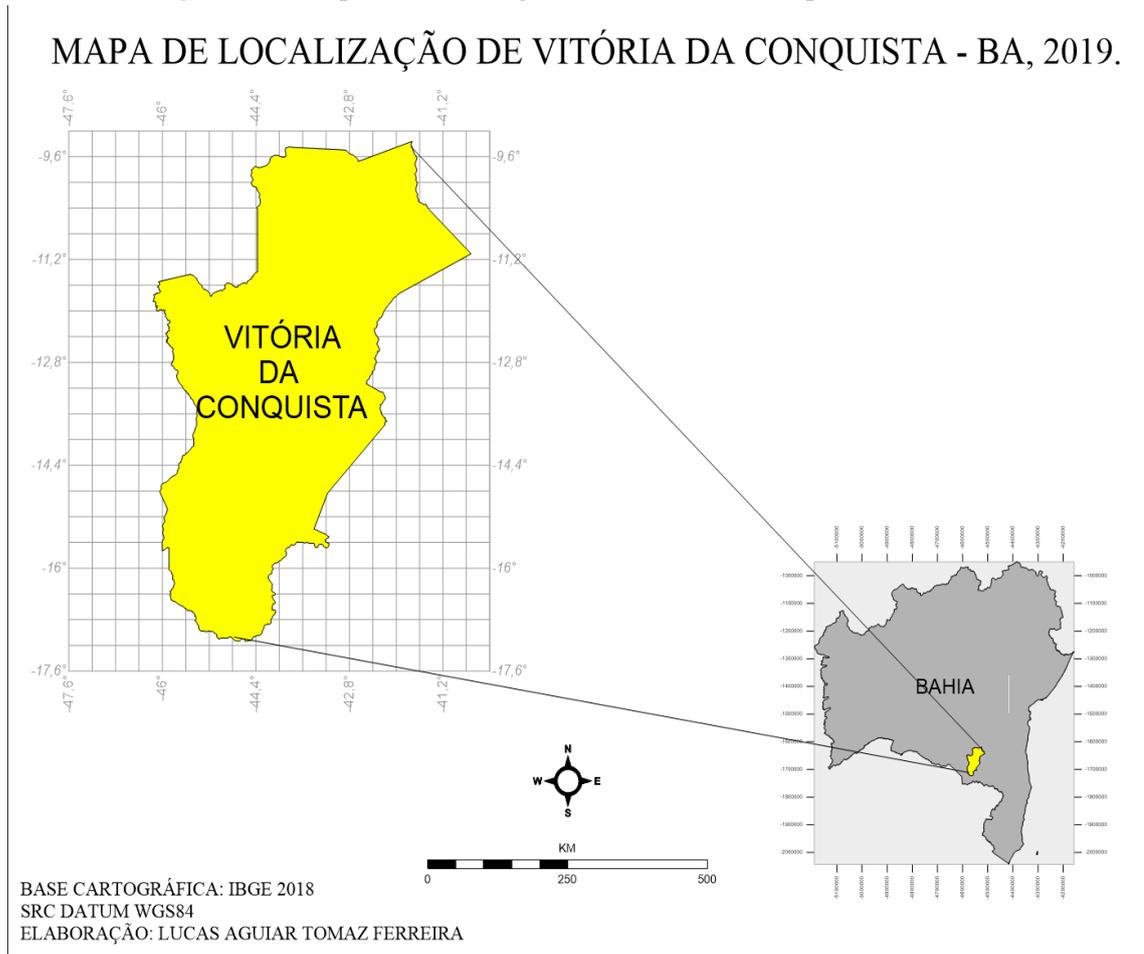
Ahora El espacio entra em las fuerzas productivas, em La división Del trabajo. Sus relaciones com La propiedad están claras; también com los intercambios, com las instituciones, com la cultura, com el saber. Se vende y compra: tiene valor de cambio y valor de uso. (LEFEBVRE, 1974, p. 56)

O elevado custo da habitação não permite o acesso de muitos, todavia, quando conseguem ter acesso à terra se deparam com a dificuldade para comprar material, pagar profissionais para a construção, localização, infraestrutura, equipamentos sociais, dentre outros. Logo se percebe que existe uma distância de classe, pois as distâncias e deslocamentos são distintos para cada sujeito, de acordo sua renda. A cidade passa a ter um único intuito, intermediar a produção do lucro. De acordo Carlos.

[...] há uma lógica que tende a se impor como ‘ordem estabelecida’ que define o modo como a cidade vai-se reproduzindo a partir da reprodução, realizada pela ação dos promotores imobiliários, das estratégias do sistema financeiro e da gestão política, às vezes de modo conflitante (...) mas em todos os casos orientando e reorganizando o processo de reprodução espacial por meio da realização da divisão socioespacial do trabalho, da hierarquização dos lugares e da fragmentação dos espaços vendidos e comprados no mercado. A ação do Estado – por intermédio do poder local – ao intervir no processo de produção da cidade reforça a hierarquia de lugares, criando novas centralidades e expulsando para a periferia os antigos habitantes, criando um espaço de dominação. (CARLOS, 2001, p. 15)

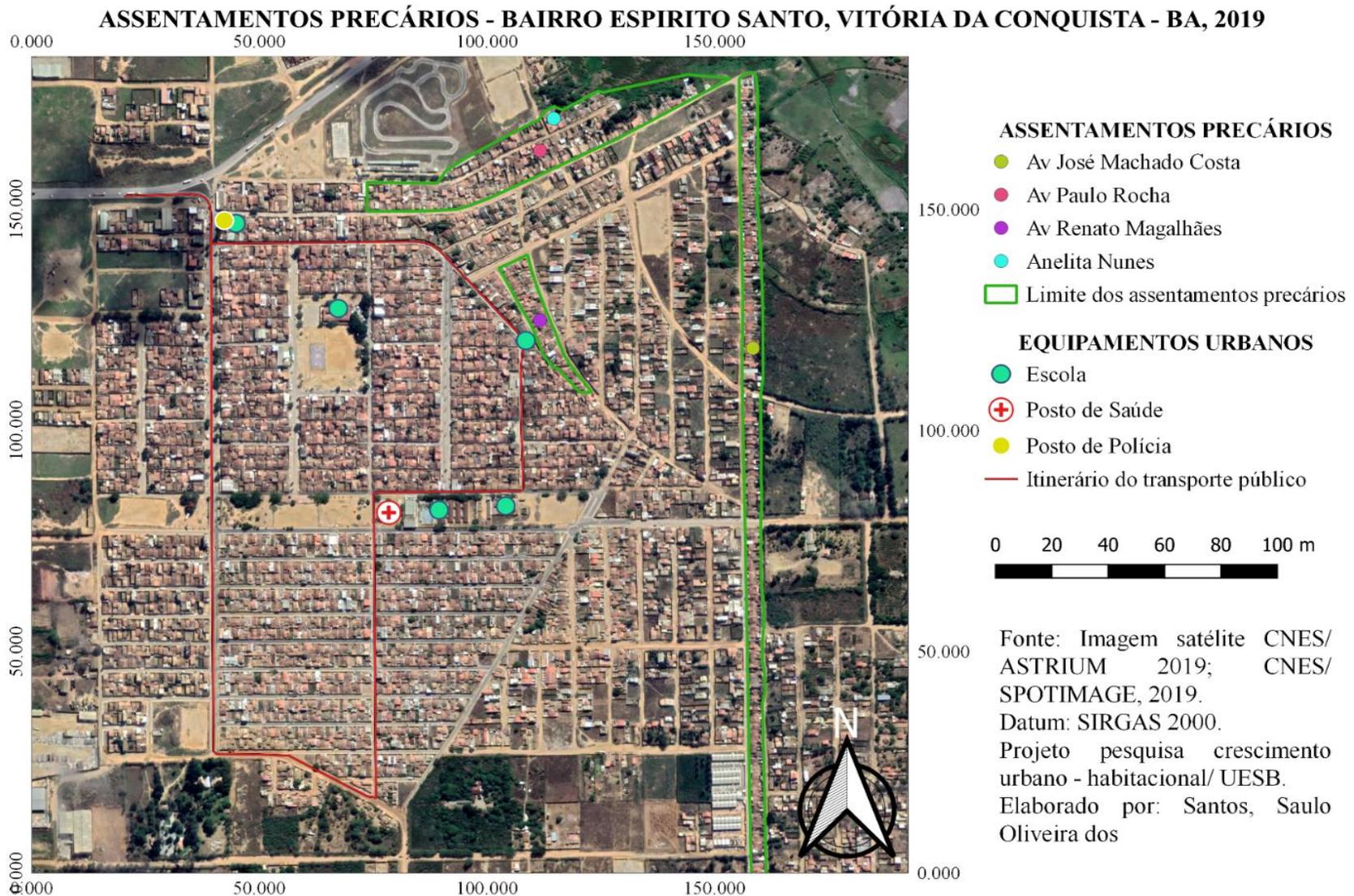
Desta forma, ocorre nas cidades uma quantidade considerável de habitações precárias em espaços informais. As famílias sem acesso formal à habitação são empurradas para favelas, cortiços e ocupações. Esse processo ocorre nas mais diversas cidades, diferindo apenas em algumas peculiaridades, na cidade de Vitória da Conquista localizada na Bahia, na região Nordeste, não é diferente, nas últimas décadas tem vivenciando um crescimento acelerado da população urbana. Na figura 1 é possível observar a localização de Vitória da Conquista/BA.

**Figura 1** – Mapa de localização de Vitória da Conquista/BA, 2019



**Fonte:** Elaborado por Ferreira (2020)

Em Vitória da Conquista, a maioria dos assentamentos precários começaram a eclodir entre o final de 1980 e início de 1990, através de um movimento por moradia, tendo papel fundamental na busca das famílias por uma habitação. Desta forma, se observa na cidade muitos assentamentos precários, na figura 2 é possível visualizar a espacialização de alguns desses espaços na cidade atualmente, no bairro Espírito Santo. Todos advindos de ocupações.



Embora, as ocupações e a pressão dos moradores, para não serem retirados das ocupações, não tenha possibilitado, ao longo desses anos, uma melhoria significativa em muitos dos assentamentos, o poder público instituiu o Programa Municipal de Habitação Popular em 1991, que possibilitou apenas o direito de uso as famílias, pois até o presente momento se encontram ainda com muitos aspectos de precariedade. Ademais, após aquele momento, quando ocorriam ações de ocupação na cidade, as famílias eram direcionadas a prefeitura para fazer um cadastro.

Também é preciso ressaltar que as ocupações continuam a ocorrer em vários pontos da cidade, não tão intensas como o processo que ocorreu no final da década de 1980, mas estão acontecendo, muitas famílias se cadastraram no Programa Municipal, entretanto não obtiveram nenhum retorno do poder público. Também é perceptível a seletividade do poder público, em relação as construções que avançam na serra do Periperi, e outras áreas da cidade, como o que ocorreu com as famílias da ocupação Cidade Bonita, que foram retiradas da ocupação pelo poder público. Durante a pesquisa de campo, Iranilde Marinho, presidente da associação da ocupação, Cidade Bonita, em Vitória da Conquista, ao ser entrevistada disse:

*“O que houve aqui de encaminhamento pra essas famílias da ocupação cidade bonita foi uma ordem de prisão, por permanecer né, na área, uma vez que tinha sido ordenado ai pela prefeitura, através do ministério público né, a retirada dessas famílias. E ai três dias depois o que recebemos aqui de encaminhamento, gestão Herzém Gusmão, ordem de prisão por desobediência. Então assim, não houve aluguel social, não houve nenhum encaminhamento para habitação, uma vez que essas famílias que ocuparam aqui, já estava residindo aqui, é família que já estava inscrito naquele programa né, habitacional. Então assim, tinha pessoas com 12 anos, inscritas na prefeitura, 15 anos, então assim, a demanda por habitação muito grande. A gente se depara ai até ano retrasado, tinha nove mil pessoas na fila, pleiteando uma casa, um teto para morar. E ai assim, é quando a gente se depara com uma área dessa, que faz parte de uma antiga ocupação, que é a nova cidade, é um pedaço de terra que ficou. Que na época, não tinha demanda, e hoje, é uma área que serve para descarte de lixo”.* (Iranilde Marinho).

A cidade vai se desenhando das mais variadas formas, nesse processo de produção do espaço permeado pelas contradições, a cidade capitalista se desenvolve como um produto acessível apenas aqueles que podem pagar. De acordo Almeida.

A urbanização brasileira trouxe para as cidades enormes desafios, em certa medida, resultam de diferentes fatores desde o processo de reestruturação produtiva do capital em nível mundial, até às ações locais e regionais de planejamento e gestão urbanos. Dentre eles, destaca-se o enfrentamento da

crise da habitação popular desencadeada, principalmente, pela desigualdade social que dificulta, ou mesmo impede, a apropriação do espaço de forma equilibrada. A massa populacional excluída do acesso à moradia tem crescido e gerando tensões e conflitos. (ALMEIDA, 2005, p. 16)

Desta forma, Almeida (2005) conclui que as cidades têm experimentado problemas de acesso à habitação devido à própria produção e reprodução do capital, que está atrelado também ao empobrecimento dos trabalhadores, na não efetivação de políticas habitacionais e nos deslocamentos campo-cidade visto com o aumento populacional ocorrido nas áreas urbanas.

A falta de acesso ao mercado formal empurra grande parte da população para o mercado ilegal, nesse processo a regularização fundiária deve ser pensada não somente como título da propriedade para esses sujeitos, mas pensar a estrutura da habitação e condições de seu entorno. De modo que a comunidade tenha acesso à cidade formal. Gordilho conclui.

Aprofunda-se também, cada vez mais, a diferença entre os que recorreram ao mercado imobiliário legal e aqueles que a ele não tiveram acesso, criando-se um amplo mercado da informalidade, onde o acesso à terra e a habitação, passam por circuitos diferenciados de posse, com limitações para financiamentos e direito às benfeitorias públicas, dentre outras, o que traz à ordem do dia o debate sobre a regularização fundiária e urbanística dessas áreas de ocupação informal. (GORDILHO, 2016, p. 3)

Dessa forma, os assentamentos se constituem como uma forma da população pobre habitar, mesmo em condições, na maioria das vezes, de extrema precariedade. Nos assentamentos da cidade de Vitória da Conquista, em sua maioria, não apresentam elementos básicos de infraestrutura e equipamentos sociais deficientes.

Como a presença de fossas nas habitações, embora, junto a regularização das habitações, alguns desses assentamentos vêm recebendo a rede de esgoto, mas não são todas as famílias que tem acesso.

Em mais de 50% dos assentamentos a construção das habitações foi realizada de forma improvisada, geralmente no planejamento de curto prazo são erguidos por conta própria, apenas para atender a necessidades imediatas, o que se traduz em construções precárias.

Desta forma é preciso pensar para além do acesso, a permanência também encontra obstáculos, muitas famílias não conseguem arcar com o pagamento de serviços básicos, como: água, energia, condomínio, reformas. Dessa maneira, as inovações em materiais de construção e itens para espaços públicos e comuns, ações direcionadas ao desenvolvimento da economia local e acesso à energia e água, através de métodos inovadores, são algumas das possibilidades, para a redução dessas limitações. Diante do exposto, fica claro que as dificuldades estão

imbricadas com vários elementos. De acordo com o IBGE o Salário médio mensal dos trabalhadores formais, tendo como base o ano de 2017 é de dois salários mínimos em Vitória da Conquista-BA, esse dado é muito importante na análise da habitação e seus desdobramentos, pois até mesmo para acessar algumas políticas habitacionais um dos entraves é a renda.

Quando uma parte da população consegue ter acesso a alguma política habitacional as localizações são de ambientes sem infraestrutura, sem espaços de lazer, sem lugares culturais, transporte público deficiente, dificultando a mobilidade da população na cidade, gerando um conflito entre as reais necessidades da população pobre e as formas de habitação popular que vem sendo implantadas. Paralelamente a renda, tem o número de habitações que é pequena, direcionadas para atender a população mais pobre, embora a quantidade de habitações vazias no Brasil de acordo o IBGE 2010 seja igual à quantidade do déficit habitacional, assim o problema não é exatamente a construção de novas habitações, mas sim, propor outras formas, de atender essa demanda por habitação que, não seja somente a construtiva.

### **A autoconstrução nos assentamentos precários**

A autoconstrução para aqueles que são excluídos do mercado formal imobiliário, permite as famílias com pouca ou sem renda, ter um local de descanso, mesmo que esses espaços possuam elementos de precariedade, assim, em sua maioria são terrenos oriundos de ocupações ou no terreno de algum parente.

Embora a autoconstrução permita ao trabalhador a possibilidade de obter um teto, geralmente o trabalhador utiliza um dia da semana que seria destinada para o seu descanso, causando-lhe uma sobrecarga de trabalho, visto que na maioria das vezes, esse trabalhador faz horas extras no trabalho para poder ter acesso a alguns materiais de construção.

Convém observar que também ocorre a contratação de parentes ou vizinhos, o que é feito a um preço menor do que geralmente é negociado no mercado da construção civil. Santana observa:

De forma geral a autoconstrução representa a possibilidade de uma população de baixa renda poder construir a sua habitação, que antes de se transformar em mercadoria representa um bem para o trabalhador, neste sentido o trabalhador tende a utilizar o expediente do trabalho extra para conseguir mais recursos para a construção, seja através de horas extras no trabalho, seja através de trabalhos extras, como pequenos biscates, prestação de serviços ou vendas no mercado informal. Associada a esta carga horária extra de trabalho, o autoconstrutor acaba utilizando suas horas de folga para pôr em andamento a construção da casa, em muitas vezes só, em outras tantas com a ajuda de vizinhos, amigos e familiares pois o mesmo não pode dispor dos seus rendimentos, mesmo com toda carga extra de trabalho para conseguir

dinheiro, na totalidade para o pagamento de mão-de-obra, de tal forma que as outras despesas familiares acabam sendo condicionadas pela autoconstrução. Isto resulta, em última instância, numa extrema dilapidação da força de trabalho representada por uma população de baixa renda já bastante sacrificada em termos de acesso a serviços básicos como transporte, lazer, saúde, educação e principalmente, no que tange a uma necessidade imediata e preventiva, o saneamento básico. (SANTANA. 1994, p. 39)

Inclusive, na maioria das vezes a autoconstrução, é corriqueira para aqueles que não tem acesso a assistência técnica de profissionais da arquitetura, engenharia civil e elétrica, paisagismo entre outros, devido ao valor que deve ser pago a um profissional. Rodrigues afirma:

É principalmente através da autoconstrução que a maioria da população trabalhadora resolve seu problema de moradia, principalmente nas grandes cidades brasileiras e de modo geral da América Latina. A construção da casa se prolonga por muitos anos, absorvendo a maior parte do tempo livre da família. (RODRIGUES. 1997, p. 30)

A necessidade de habitar direciona uma boa parte da população pobre para a autoconstrução, desta forma, o pouco tempo destinado para seu descanso é direcionado para a construção da habitação. Geralmente contam com a ajuda dos mais próximos, com um pouco de conhecimento sobre determinadas etapas da construção. É muito comum a ajuda mutua entre essa população, até mesmo o material para a construção, em sua maioria, é comprado próximo da localidade, seja para reduzir o custo de transporte e também pelos vínculos de amizade, o que permite um certo parcelamento do material, outra característica é que geralmente são materiais que não exigem muita técnica em sua empregabilidade. Rodrigues observa.

A construção é realizada nos fins-de-semana e em parte das férias, o ritmo da construção depende do "tempo livre", do dinheiro disponível para a compra do material de construção e da contratação eventual de um trabalhador especializado para determinadas etapas da construção. O material de construção é muitas vezes comprado em depósitos do próprio bairro que o "financiam". Os juros das parcelas mensais acabam embutidos no preço do material. Para esses pagamentos lançam mão de parte das férias retirada em dinheiro, do 13 salário e retiram o fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS). (RODRIGUES, 1997, p. 31)

Nos assentamentos da cidade de Vitória da Conquista, a autoconstrução é uma das características mais frequentes, no assentamento Paulo Rocha, muitos moradores relataram as dificuldades de construir a habitação no início da ocupação, algumas mulheres destacaram o

fato delas mesmas trabalharem nas etapas de construção, com algum parente ou conhecido, também revelaram realizar alguns trabalhos domésticos em troca de material para a construção.

É notável em muitos momentos na fala dos moradores a preocupação apenas em ter o teto para habitar, as questões referentes a infraestrutura são secundárias, pois a necessidade maior é de sobrevivência e de manter a posse do terreno. Rodrigues conclui:

A auto construção reproduz ao produzir casas em lugares sem infraestrutura e com um sobre-trabalho individual, as condições gerais de reprodução do espaço urbano. Onde é possível morar, de que modo é possível morar, definindo e redefinindo o lugar de cada um na cidade. (RODRIGUES, 1997, p. 34)

A autoconstrução permite ao trabalhador um custo menor com a provisão de sua habitação, em contrapartida exige do trabalhador um esforço muito maior com rebatimentos em sua saúde física e mental. Rodrigues pontua:

À medida que um grande número de trabalhadores autoconstrói sua casa, esse trabalho não remunerado contribui paradoxalmente para que o custo da habitação entre cada vez menos no cálculo do salário, embora pese cada vez mais nas costas dos trabalhadores. Estranha contribuição. À medida que trabalha durante seu tempo de descanso e passa a ser proprietário de uma casa, vai se somar ao número de possuidores de casa própria. (RODRIGUES, 1997, p. 32)

É preciso salientar, várias são as observações em torno da autoconstrução, embora seja através desse processo que muitas famílias conseguem possuir um teto para descansar, observa-se que as famílias em sua maioria, não tem o direito de escolhas de materiais ou de ideias para a construção, ela é feita de acordo com a pouca renda que possuem. Assim como não existe a escolha do local da habitação para os mais pobres, também não existe escolha sobre o tipo de construção.

Durante a pesquisa é notório as dificuldades das famílias, materializadas em suas habitações em vários aspectos, trazendo à tona a vulnerabilidade a qual essas famílias são submetidas. Desde a cerca no lugar do muro, as paredes sem acabamento, à existência de um único banheiro para as várias famílias que moram em uma habitação. Na figura 3 é possível observar uma habitação resultado da autoconstrução.

**Figura 3** – Assentamento Recanto das Águas, Vitória da Conquista/BA (2019).



**Fonte:** Ribeiro (2019).

Assim, a falta de privacidade também é uma característica predominante, pois durante a pesquisa algumas habitações com quatro cômodos acomodavam de seis a dez pessoas, outra questão é o medo da chuva, pois muitas das habitações não são forradas, o medo de goteiras é frequente, além dos idosos e crianças reclamarem do frio.

Também é notável habitações que apresentam precariedade das instalações elétricas e hidráulicas, nesse contexto se percebe o quanto a pobreza e a segregação estão imbricadas, desta forma, as famílias dos assentamentos, tem como característica principal a vulnerabilidade social e ambiental.

Diante da pouca renda, as famílias pobres ocupam e constroem suas habitações de forma precária, todavia é preciso esclarecer que o poder público também contribui com a precariedade, quando não constrói infraestrutura ou o faz deficiente. Na figura 4 é possível observar habitações fruto da autoconstrução em um assentamento precário.

**Figura 7** - Assentamento Anelita Nunes, Vitória da Conquista/BA (2019).



**Fonte:** Ribeiro (2019).

Santana em sua dissertação afirma que o não acesso a locais com recursos urbanísticos, é um dos fatores que impulsiona a autoconstrução.

A fuga do aluguel levou muitos indivíduos ao procedimento da autoconstrução seja nas áreas recém ocupadas, seja naquelas já consolidadas. Um outro fator, como foi visto, também contribui para o empreendimento da autoconstrução, a especulação imobiliária, na medida que impede o acesso da população de baixa renda àquelas áreas mais bem servidas de "recursos urbanísticos" e em sua maioria já apropriadas pelo mercado imobiliário. (SANTANA. 1994, p. 39)

Essa fuga do aluguel mencionada por Santana, se materializa na fala dos entrevistados dos assentamentos, quando se referiam ao processo de ocupação e autoconstrução,

principalmente entre a década de 1980 e 1990, os moradores mais antigos relataram que as condições eram muito precárias, todavia não tinha como continuar pagando aluguel ou morar com familiares em outros locais, ou seja, precisavam de um teto.

Desta forma, muitos optaram por permanecer no terreno ainda sem construção alguma, apenas com barracos de lona, que logo foram substituídos por cômodos feitos de alvenaria, contudo vários itens na habitação eram muitas vezes improvisados, como, as janelas de papelão ou algum material para tampar durante a noite, a não existência de banheiros, falta de pisos e rebocos nas paredes.

Muitas famílias revelaram que demoraram muito tempo até conseguir, pelo menos, colocar um piso e construir um banheiro, a pouca ou nenhuma renda e a necessidade de se alimentar, pagar energia e água, foram e são alguns dos fatores que impedem a melhoria das habitações, assim, o processo de autoconstrução perdura, obedecendo o ritmo do pouco ou quase nenhum recurso financeiro.

A autoconstrução atende as penúrias imediatas da população com pouca renda, até mesmo as habitações construídas pelo poder público, como os conjuntos habitacionais do Minha Casa Minha Vida e algumas habitações do Vila América, as famílias realizaram e realizam algumas edificações, principalmente para inserir mais um cômodo, devido a área construída não atender as necessidades das famílias.

É necessário ressaltar que a autoconstrução é uma forma de resistência, pois sem recorrer a ela muitas famílias não tem como sobreviver na cidade. Ocupar e autoconstruir é resistir, visto que o mercado e o estado, não respondem as necessidades habitacionais. O que existe de fato, é uma concentração de propriedades, escancarando a profunda desigualdade no país. Muitos relataram que anteriormente a vinda para as ocupações, pagavam aluguel, morava com familiares ou viviam em habitação emprestada em outros locais da cidade, como: Ibirapuera, senhorinha Cairo, Guarani, Alto Marom, Pedrinhas, Patagônia, Vila Elisa, URBIS 6, Renato Magalhães, entre outros.

Em termos gerais, as habitações dos assentamentos, geralmente possuem de dois cômodos a cinco, comumente os banheiros são dentro da habitação, sendo 1% o número de banheiros fora da habitação, o que chamou atenção durante a pesquisa foi o número de pessoas que utiliza um único banheiro. A quantidade de pessoas varia de duas a dez por habitação, geralmente quando a família é composta por duas pessoas, é mãe e filho. Algumas apresentam o famoso "Puxadinho", na maioria das vezes habitado por um filho ou filha que tenha prole, as condições estruturais comumente são mais precárias, com paredes sem acabamento e sem piso,

chegando, muitas vezes, a ter somente um banheiro que é utilizado por todos. Outra característica presente em algumas habitações é o uso das cercas, pelo fato das famílias não terem condições materiais para a construção de muros.

Abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, coleta de lixo, adensamento excessivo nos domicílios próprios e ausência de sanitário interno no domicílio, são alguns dos itens de inadequação habitacional de acordo o Plano Estadual de Habitação de Interesse social e Regularização Fundiária. De acordo o relatório do Plano Estadual, Vitória da Conquista/BA está entre os municípios da Bahia que apresentam índice de inadequação habitacional maior que a média do estado, com 50,38%.

A cidade mercadoria se impõe na lógica capitalista, em Vitória da Conquista, a população pobre, moradora dos assentamentos precários, é cada vez mais segregada, essa segregação social, econômica e cultural é fruto do modelo capitalista que avança em todos os espaços. Diante do exposto se percebe que muitos são os vazios da política do município para a habitação, pois vários aspectos de segregação são características dos assentamentos precários, um abismo separa essas famílias de uma urbanização que promova de fato o direito a cidade.

### **Considerações finais**

Essa pesquisa permitiu formular algumas questões a respeito da autoconstrução e permanência da precariedade nos assentamentos precários, além do fato das ocupações continuarem a acontecer na cidade, denotando que não ocorreu muitos avanços, mesmo com a existência de um Programa Municipal de Habitação Popular. Desta forma, o direito de uso dado as famílias dos assentamentos ao longo desses anos, não sanou dificuldades sociais e urbanas dos moradores, que são anteriores aos assentamentos, assim, um Programa de Habitação no qual não priorize o acesso a um transporte de qualidade, saúde, educação, segurança, lazer, cultura, trabalho e renda, não tem possibilidade de minimizar as desigualdades, não basta estar escrito na lei é preciso que de fato ações sejam promovidas neste sentido.

Entendendo o direito a habitação como acesso não somente a moradia, mas a equipamentos e serviços sociais, a pesquisa de campo, possibilitou o entendimento de que muitas famílias dos assentamentos precários não têm acesso a cidade, não somente nos aspectos territoriais, mas político, social e econômico.

Assim, é notório que o desemprego e o não acesso a renda reforça ainda mais a exclusão das famílias, elas são segregadas espacialmente e socialmente. Inegavelmente a cidade

é construída pelos trabalhadores, tendo muitos que moram nos assentamentos precários, ou seja, não acessam a cidade construída com todos os equipamentos necessários e acessibilidades.

Cabe ressaltar que durante a pesquisa foi possível observar que novas ocupações vêm ocorrendo na cidade. Desta forma se percebe a complexidade da questão habitacional, ao mesmo tempo que se compreende que ao longo dos anos muitas famílias permanecem sem uma habitação, buscando um teto para habitar através das ocupações.

É preciso compreender que a provisão da habitação, para as famílias pobres não é somente oferecer acesso a um terreno ou paredes e telhas, é um processo que deve ser pensado tendo como primazia a obtenção de uma melhor qualidade de vida urbana e social para as famílias com pouca ou nenhuma renda. O poder público deve compreender o perfil socioeconômico das famílias dos assentamentos e suas demandas. Assim, poderá avançar para além de somente um teto, e essa população ter acesso a cidade urbanizada.

De acordo Rolnik, a política de habitação no Brasil está sempre voltada para a produção de habitações, todavia, morar tem uma amplitude muito maior que um teto. Haja vista que a partir da moradia as famílias podem ter acesso ou não, a um transporte de qualidade e acessível, saúde de qualidade, educação, espaços de lazer, espaços culturais, iluminação pública de qualidade, saneamento básico, pavimentação, praças, dentre outros. Desta forma, precisa-se desenvolver ações com metas quantitativas e qualitativas, para que de fato possa ocorrer uma redução da exclusão social e urbana.

Haja vista que ações fincadas apenas em quatro paredes, e articulada de forma centralizada sem a participação das famílias não propicia resultados positivos em seu desenvolvimento. Ela deve ir além de um modelo único, com a população envolvida em todo o processo.

## Referências

ALMEIDA. Miriam Cléa Coelho Almeida. **Produção sócio-espacial e habitação popular nas áreas de assentamentos e ocupações na cidade de Vitória da Conquista – BA**. Dissertação de Mestrado: UFBA, 2005.

ALLIANCE/MINISTÉRIO DAS CIDADES (org.). **O Estatuto da Cidade comentado**. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

BRASIL. **Estatuto das Cidades** n.10257 de julho de 2001- estabelece diretrizes gerais da Política Urbana.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Curso a Distância: Planos Locais de Habitação de Interesse Social**. Brasília, DF, 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandrini. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. Ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

GORDILHO, Angela Souza. **Regularização fundiária em áreas de ocupação informal: Titulação coletiva e individual**. Anais; Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico. Organizado; Nelson Saule Junior e Henrique botelho Frota. São Paulo. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censos Demográficos do Brasil – Bahia**. 1940 a 2010.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Primera edición. Madrid: Éditions Anthropos, 1974.

MORAIS, Maria da Piedade, KRAUSE, Cleandro e NETO, Vicente Correia Lima. **IPEA Caracterização e Tipologia de Assentamentos Precários: estudos de caso brasileiros**. Brasília, 2016.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 2 ed. São Paulo. Contexto, 1997.

SANTANA. Mário Rubem Costa. **O cotidiano da verticalização de favelas: Uma alternativa habitacional em Salvador**. Dissertação de Mestrado: UFBA, 1994.

*Recebido em 14 de maio de 2020.  
Aceito em 02 de dezembro de 2020.  
Publicado em 05 de março de 2021.*